

## EDITORIAL

A Revista “Direitos, Trabalho e Política Social” completa, neste mês de dezembro/2023, 8 (oito) anos de criação. Está, como dito em seu primeiro editorial, a serviço de demandas apresentadas pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e pelo Programa de Pós-Graduação em Direito.

Seu financiamento tem sido garantido pelo Projeto Ação Integrada (PAI), estabelecido entre a Universidade Federal de Mato Grosso, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-MT), a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) - 23a Região e a Uniselva.

Essa parceria representa para a Universidade Federal de Mato Grosso, em especial para os Programas de Pós-Graduação mencionados, o reflexo de seu compromisso com a sociedade mato-grossense, visto que entre os estados flagrados como exploradores de mão de obra escrava está Mato Grosso.

O Projeto Ação Integrada vem criando condições e propondo iniciativas às instituições privadas, públicas e à sociedade civil, que promovam a modificação social, educacional e econômica dos trabalhadores/as retirados do trabalho análogo à escravidão. Assim esta temática é de importância prioritária para a revista. Contudo, todas as análises que coloquem luz sobre o tema da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, encontram nesta revista, uma parceria efetiva para a construção do debate.

Nesta 17<sup>a</sup>. edição trazemos o artigo intitulado **RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE IMIGRANTES E EMPREGADORES BRASILEIROS: O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA E DAS RELAÇÕES DE PODER PAUTADAS EM THOMPSON**, cujas autoras

Kelly Pellizari; Antonio Carvalho Neto e Henrique Roriz Aarestrup Alves apresentam um texto, que é parte de um estudo que aproxima a concepção de ideologia de Thompson (2011) das relações de poder de Foucault (2005, 2010), presentes nas relações de trabalho (RTs) em São Paulo e Mato Grosso. Os pesquisadores buscam compreender os diferentes modos de operação da ideologia e das relações de poder entre imigrantes e empregadores através de pesquisa qualitativa baseada na Grounded Theory.

Em seguida temos uma BREVE REFLEXÃO E LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE OS ACIDENTES DO TRABALHO, de Elaine de Jesus Gomes do Nascimento Takahoschi e Vandeníia Bourckhardt Rocha. É um artigo elaborado a partir de uma revisão bibliográfica sobre a temática dos acidentes do trabalho e do levantamento de dados com base nas publicações dos Anuários Estatísticos de Acidentes do Trabalho e Anuários da Previdência Social. Indicam que os registros de acidentes revelam a insegurança e desproteção dos/as trabalhadores/as.

O artigo NOMADISMO, “VIRAÇÃO” E SOBREVIVÊNCIA EM PERÍODOS DE CRISE DO CAPITAL: UMA CRÍTICA À EXPANSÃO DA PRECARIZAÇÃO NA GESTÃO POR PLATAFORMAS, de autoria de Camila de Sousa Ricarte, Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira e Cassio Adriano Braz de Aquino, estabelece uma reflexão sobre as relações entre o processo de precarização do trabalho e o surgimento de atividades plataformizadas. Utilizam como objeto de análise o trabalho nas plataformas da Amazon e os serviços que seguem o modelo de gerência da Uber. Comparam o modo como as crises intensificam o trabalho precário, respectivamente, nos Estados Unidos da América e no Brasil.

Em seguida temos o texto sobre a TERCEIRIZAÇÃO E “PEJOTIZAÇÃO” DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO E OS IMPACTOS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL, escrito por Raul Lopes de Araújo Neto e Álisson Santos Rocha que analisam a forma como a precarização do trabalho através da terceirização e da “pejotização” influenciam no agravamento da crise da Previdência Social brasileira. Realizaram um apinhado histórico da terceirização, dando destaque ao desenvolvimento da legislação que culminou na Lei da Terceirização, promulgada em 2017.

O artigo denominado SENTIDO DO TRABALHO E ADOECIMENTO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO, produzido por Rodrigo de Souza Medeiros evidencia como a mudança de gestão em um hospital universitário impactou na subjetividade de profissionais da saúde, de modo a produzir adoecimento e remoções por motivo de saúde. Em face desse contexto, os autores traçaram o perfil dos participantes, caracterizando e analisando o adoecimento desses profissionais. Cabe enfatizar que o artigo é resultado de uma pesquisa quanti-qualitativa por meio de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com servidor/as removido/as por motivo de saúde do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) após a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), sendo os dados analisados através da técnica de Análise de Conteúdo.

O texto sobre A COLONIALIDADE DE GÊNERO NA DESINFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O “KIT GAY”, de autoria de Alana Maria Passos Barreto e Flávia de Ávila, analisa a “Escola sem Homofobia” apontado como um material educativo o programa “Brasil sem Homofobia” do governo federal brasileiro. Material que foi pejorativamente marcado pela desinformação do “kit gay” e nunca

executado. O artigo analisa como a falsa narrativa sobre o “kit gay” interfere nos avanços de políticas públicas educacionais voltadas à questão de gênero e sexualidade.

A reflexão sobre a LIBERDADE ECONÔMICA À BRASILEIRA: A NECESSIDADE DO RESGATE DOS VALORES CONSTITUCIONAIS, de autoria de Francisco André dos Santos Rodrigues e Olívia Brandão Melo Campelo apresenta um estudo sobre as liberdades e estabelecem uma visão crítica acerca da realidade brasileira no campo da liberdade econômica vivida, fazendo um contraponto com a desejável, à luz de uma hermenêutica concretizadora de direitos fundamentais, partindo de conceitos gerais, abordando o contexto social brasileiro e confrontando com a agenda adotada pelo constituinte brasileiro de 1988.

Destaca-se, também, o artigo intitulado INTERSECÇÕES ENTRE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E INFANTIL NO BRASIL, produzido por André Viana Custódio e Andréa Silva Albas Cassionato, que trata das intersecções entre o direito do trabalho contemporâneo com o trabalho infantil no Brasil através da relação jurídica e contextual entre ambos através da análise do trabalho escravo contemporâneo, da proteção jurídica no Brasil e da análise das intersecções entre ambos. O problema de pesquisa é: há relação jurídica e contextual entre o trabalho escravo contemporâneo e o trabalho infantil no Brasil? A hipótese é de que a exploração do trabalho infantil demonstra importante intersecção com o trabalho escravo contemporâneo.

Em seguida apresentamos o texto sobre A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS POR ACIDENTES DE TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA, de autoria de Lucas Reis da Silva, Daniel Wunder Hachem e Andréa Roloff Lopes, que ressaltam logo de início, que a Lei nº 13.429/2017

ampliou a possibilidade de terceirização trabalhista no Brasil, e que diante disso, a dicotomia anteriormente existente, que fazia distinção entre atividade-meio e atividade-fim, com base na Súmula 331 do TST, perdeu o sentido e a terceirização passou a ser admitida em ambas as hipóteses. O mecanismo até então utilizado pela Inspeção do Trabalho, que consistia em considerar irregular a terceirização na atividade-fim e estabelecer vínculo direto entre os trabalhadores e as empresas tomadoras passou a ser juridicamente impossível. Apesar de ampliar a possibilidade de terceirização para além das chamadas “atividades-meio” a Lei nº 13.429/2017 imputa à empresa contratante a responsabilidade por questões de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores. O artigo busca identificar, com base em estudo de caso, como tem se comportado a Auditoria-Fiscal do Trabalho no que se refere à atribuição de responsabilidade às empresas em casos de acidentes de trabalho e quais os critérios por ela utilizados para atribuir responsabilidades ora à empresa tomadora e ora à empresa prestadora de serviços.

O artigo **CONDICIONANTES E IMPACTOS DA PANDEMIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MATO GROSSO**, de autoria de Leana Oliveira Freitas e Gabrielle dos Santos analisa o enfrentamento da pandemia, deflagrada no início de 2020, e os impactos sentidos no estado de Mato Grosso, com enfoque na Assistência Social e na operacionalização de serviços socioassistenciais. Recupera as medidas de contenção às consequências da pandemia em Mato Grosso, tomado como particularidade que, na esfera das determinações capitalistas, reproduz contradições e tensões que perpetuam níveis e formas de exploração do sistema econômico.

A reflexão sobre **O TEMPO PERDIDO COMO UMA AFRONTA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**, produzido

por Carlos Eduardo Silva e Souza e Vivian Gerstler Zalzman apresenta uma abordagem da inclusão do tempo como direito da personalidade, passível de indenização por terceiros que causem seu desperdício. Apontam que tal inclusão exige um estudo aprofundado sobre as modificações sociais, históricas e legislativas trazidas pela pós-modernidade e sua correlação com o tempo perdido. Com a conceituação do tempo sob a ótica dos pensadores das mais diversas áreas de pensamento e a análise dos direitos da personalidade no âmbito nacional e internacional, será possível mensurar o tema sob o ponto de vista da responsabilidade civil que poderá constituir instrumento de controle sancionador de práticas abusivas. Como resultado da pesquisa, tem-se que o tempo perdido é passível de ser indenizado, sobretudo porque deve ser compreendido como uma violação dos direitos da personalidade.

Apresentamos também, em língua inglesa o artigo *IN FREE FALL: A PROFILE OF INJURED WORKERS IN PERNAMBUCO'S COUNTRYSIDE IN NORTHEAST BRAZIL* (Em queda livre: perfil dos trabalhadores acidentados no interior de Pernambuco, Nordeste do Brasil) de autoria de Aryellyson Hellyton Gomes do Nascimento, Ana Cristina de Oliveira e Silva e Barbara Iansã de Lima Barroso, que apontam que os acidentes de trabalho são um dos maiores problemas de saúde dos trabalhadores brasileiros e traçam o perfil daqueles que foram notificados por acidentes de trabalho graves no interior de Pernambuco, área isolada localizada no Nordeste do Brasil, analisando sua evolução entre os anos de 2014 e 2019.

*A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O PENSAMENTO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CASO DA FÁBRICA DE*

FOGOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, é um artigo de autoria de Élide Martins de Oliveira Taveira, Gilmar Antonio Bedin e Rosane Teresinha Carvalho Porto que apresenta uma análise decolonial das condições de acesso e manutenção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro a partir do Caso das(os) Empregadas(os) da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em 15 de julho de 2020.

O ACESSO À JUSTIÇA PARA GARANTIA AO DIREITO A ALIMENTAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA DIGNIDADE HUMANA, escrito por Bruna Kern Cabral, Maíra Soares Camacho Guilayn e Tamira Floor enfatiza a importância de fomentar o acesso à justiça como uma das ferramentas de garantia do direito à alimentação como pressuposto da dignidade humana. Dessa maneira, a primeira parte do texto aborda os reflexos da Dignidade Humana no Direito à alimentação e a segunda trata especificamente sobre o Acesso à Justiça na Garantia do Direito à Alimentação.

Por fim, a edição é encerrada com a apresentação de uma entrevista com Guilherme Zagallo Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e participante do Movimento em Defesa da Ilha (MDI). A entrevista é sobre o PLANO DIRETOR, POLÍTICA PÚBLICA E CAOS URBANO, relativo ao município de São Luis, capital do Maranhão, cujos entrevistadores ANDRÉ RODRIGUES DE FREITAS e JÚLIA KÁTIA BORGNETH PETRUS são também os organizadores do texto.

**Marluce Souza e Silva**  
Editora-Responsável  
RDTPS